

**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA  
DE RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta três minutos, na sala virtual via videoconferência - Microsoft Teams - teve início a 50ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-Infra), constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Antes, no período das 13h às 14h 30min foi realizada reunião interna, restrita aos membros da Câmara Técnica, atingidos, assessorias técnicas e convidados. Após apresentação dos membros e participantes, a Sra. Ana Luiza Aguiar, Coordenadora da CT-Infra, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens na reunião aberta, conforme descritos a seguir:

**Participantes da 50ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura – Pública - Horário de 14:33 às 16:35 - 24/02/2021.**

Alejandra Devecchi (Ramboll/MPF), Alfredo de Paula Zanon (Renova), Ana Luiza Aguiar (SEINFRA), André Santiago (DER), Caroline Braga (Flacso), Cristiano Augusto de Barros (Renova), Danielle Jorge (Aedas), Denise Almeida (Prefeitura de Mariana), Eloá Lacerda (Renova), Fernanda Feital de Souza (Renova), Flávio Azambuja (Renova), Flávio Batiston (Renova), Franciene Almeida (Aedas), Frederico Faria (Renova), Julia Lambert (Renova), June Galdino (Renova), Laura Alves de Oliveira (FGV/MPF), Letícia Gomes (Flacso), Lorena Fernandes (SEPLAG), Maria Alice Matos Gomes (Renova), Maria Esther Silva Fonseca (SEPLAG), Maria Starling (EY), Marilene Fabri (Sedese), Marina Lima (Rosa Fortini), Miriam Santos (Flacso), Naatan Lagoa (FGV/MPF), Paulo Mendes (Renova), Thaíse Coelho (Ramboll/MPF), Thiago Larangeira (Renova), Tiago Bueno Flores (Renova), Tiago Moura (Renova), Tony Freitas (Renova), Túlio Tolentino (Prefeitura de Barra Longa), Úrsula Vasconcelos (Samarco), Vaneide Souza (SEINFRA).

**1) Informes Gerais**

<b>Discussão</b>	A Sra. Ana Luiza Aguiar, Coordenadora da CT-Infra, saudou os participantes e informou sobre as alterações realizadas em datas e horários das reuniões de fevereiro e março, sendo feito dessa forma para não haver necessidade de alteração nas datas do ano todo. A Sra. Eloá Lacerda, representante da Fundação Renova, solicitou a inversão da pauta, iniciando pelo item Atualização sobre o Eixo Prioritário 3 e Reassentamento, pois os representantes da Fundação Renova que apresentarão os temas, não poderão permanecer durante todo período da reunião. A Sra. Ana Luiza Aguiar concordou e concluiu explicando que as próximas reuniões serão como no período da tarde de hoje, porém caso o tempo não seja suficiente para os debates e esgotamento dos assuntos, novas alterações de horário serão propostos.
------------------	---

**1.1) Aprovação da Ata referente à Reunião Ordinária de 49ª**

<b>Discussão</b>	Após consulta aos presentes quanto ao recebimento da versão final e dúvidas, a ata foi colocada em votação e aprovada, sem objeções.
------------------	--

**2) PG08 – Acompanhamento das atividades do Reassentamento – Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira**

**2.1) Atualização sobre o Eixo Prioritário 3.**

**2.2) Apresentação do status de monitoramento do Programa.**

**2.3) Apresentação do cronograma das ações e etapas previstas com a estimativa de tempo para a execução de cada uma delas.**

**2.4) Apresentar das soluções (infraestrutura, terraplenagem, muro de arrimo, implantação da casa no lote) que foram implementadas para os projetos (identificação dos lotes sobre os talwegues secundários: ID244, ID210 e ID310), indicar onde está implantada a edificação no terreno, indicar o local que passa o dreno nesses 3 (três) terrenos e apresentar o alvará da Prefeitura de Mariana constando a formalização das alterações no projeto urbanístico.**

**2.5) Apresentação de esclarecimentos sobre a existência de distinção no prazo para a desocupação das moradias temporárias (14 núcleos de famílias atingidas) e apresentação das diferenças entre os processos de acordo dos municípios de Mariana e Barra Longa.**

**Discussão**

A Sra. Ana Luiza Aguiar, Coordenadora da CT-Infra, concedeu a palavra para a equipe da Fundação Renova para apresentação dos itens de pauta, reforçando o alinhamento da reunião anterior, de que fosse indicado na apresentação o item de pauta correspondente. A Sra. Fernanda Feital de Souza, representante da Fundação Renova, iniciou a apresentação do Status do PG-08, com os destaques: Investimento no programa - Reassentamento: (valores executados de 2015 a 2020 e para 2021, valores Orçado, Projetado, Realizado e proj-real); Marcos/Grandes Números/Planejamento, com apresentação da descrição de marcos e grandes números para Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. A Sra. Fernanda Feital de Souza enfatizou os itens: Supressão Vegetal, Terraplanagem de Vias, Drenagem Pluvial 5.507m, Rede de Água 11.115m, Rede de Esgoto 5.814m, Pavimentação 70.622m, Contenção Estacas (Lotes) 73.826m. Informações de Reassentamentos; Recomendações referentes a Covid; Linha do Tempo constando as principais entregas de Bento Rodrigues: Conclusão da Escola Municipal; Acesso ETE Edificação Adm. e Lagoas (4 maturação e 2 facultativo); Para março temos previsto: Conclusão dos interceptores emissário da ETE; Conclusão da ponte da Rua Sagrado Coração de Jesus; Construção de casas área 1, 2 e 3; Paracatu de Baixo, em fevereiro temos a conclusão da contenção da trincheira; Em março temos a conclusão da contenção do Ramo A; Reassentamento Familiar, conclusão do ID258 - Sandra Aparecida Passos Polak; Plano de Ataque (Bento Rodrigues/Paracatu de Baixo): Contenções infraestrutura e edificações; Fotos da Área 2-1: ID65, ID21C, ID253, ID35, ID41, ID160, ID37, ID8A, ID7, ID4, ID78, ID79, ID185, ID218 e todas as obras em andamento; Status Bens Públicos: Igreja Assembleia de Deus, Ahobero, Quadra Poliesportiva, fotos da Escola e do Ginásio de Bento Rodrigues, apresentação de um vídeo sobre a Escola que será finalizada esse mês; Detalhamento com fotos das edificações no Reassentamento de Bento Rodrigues que foram concluídas, ID5, ID62, ID112A, ID64 e ID50; Fluxo de Início de Construção; Mapas Esquemáticos de Iluminação (fotos de instalação de postes); ETE – Status da obra realizado de 83,28%, com atividades concluídas, em andamento, futuras e fotos, licença de ampliação, alvará destacando-se que a ETE, não está dentro do perímetro urbano, portanto não houve alteração no projeto urbanístico em atendimento ao encaminhamento E-49-3, temos as Alterações na Área de Talvegue: ID210 e ID244 não haverá mudanças, devido a localização estar fora do traçado do dreno, fazem parte do lote 310, os IDs 152, 155 e 158, o ID158 solicitou realocação de lote, sendo realocado para o ID202, o ID152 permanece no local original e as construções com fundações não sobrepõem ao dreno, ID155 ainda não decidiu locação no lote, será locado fora da área do dreno. A Sra. Ana Luiza Aguiar detalhou o encaminhamento E-49-3 para melhor compreensão do que foi apresentado, considerando-o como atendido, porém deixou aberto aos membros para possíveis questionamentos. A Sra. Fernanda Feital de Souza, sobre Paracatu de Baixo, apresentou: Escopo OSE Período chuvoso; Estrutura Pré-moldada Escolas; Contenção Trincheira; Revestimento Vegetal; Drenagem Superficial; Execução de Meio-fio; Contenção Rodovia - Acesso Principal; Quantitativo Terraplanagem; Status dos Projetos em Elaboração. A Sra. June Galdino, representante da Fundação Renova, sobre Gesteira, em atendimento ao encaminhamento E-49-4, conforme pontuado em reunião anterior, explica que existem duas situações para Barra longa e Mariana, no caso são Ações Cíveis distintas e com decisões diversas, para cada Município. As diretrizes pactuadas no âmbito da ACP de Mariana estabelecem que as dimensões dos imóveis de origem e a dinâmica familiar, são parâmetros que balizam os atendimentos a serem realizados às famílias nos imóveis de destino. Em Gesteira, a metodologia aprovada judicialmente, carta de crédito, estabelece um valor limite para aquisição de um imóvel sem, no entanto, estabelecer parâmetros relacionados aos tamanhos das propriedades de origem. O acordo firmado entre as partes (famílias e Fundação Renova, convencionou que para as famílias que são atendidas por moradia transitória e que adquirirão lotes vagos, para posterior construção, deverão deixar as moradias transitórias após 180 dias contados, a partir da entrega do documento do imóvel pela Fundação Renova, independente da conclusão das obras de construção de sua nova moradia. O Sr. Naatan Lagoa, representante da FGV/MPF, questionou sobre o ponto de vista de Direitos Humanos os prazos de 90(imóvel edificado) e 180 (construção de imóvel) dias, principalmente na situação das famílias que estão em moradia transitória, precisarem desocupar as casas saindo para imóveis não edificados, não havendo tempo hábil para a construção. Pontua que não está claro as questões como despesas de mudanças e outras necessárias para essa desocupação. A Sra. June Galdino explicou que existe sim a diferença de prazos, para as famílias que façam a opção por imóvel pronto e para as famílias que optaram por imóvel ainda não construído. O prazo de 180 dias foi acertado dentro dos acordos realizados com as famílias, que estavam devidamente acompanhadas por seus Advogados, sendo considerado um prazo razoável. A

**Discussão**

Sra. Danielle Jorge, representante da Aedas, sobre a questão do prazo de 180 dias, disse que é impossível uma construção de uma nova moradia nesse tempo, e as famílias que têm conversado com eles, não estão de acordo, isso aquelas que têm tentado fazer essa opção, inclusive essas, tem encontrado resistência. A questão de reformas, como exemplo de Mariana, é uma opção que aqui em Barra Longa não é dada, a opção dada é, compre as casas, porém não serão reformadas. Existe uma divergência muito grande, que traz um rebaixamento de Direitos, visto que se é dado um Direito em Mariana e não é dado em Barra Longa, é um processo de rebaixamento, a isonomia precisa ser aplicada. Os Direitos que são conquistados em Mariana precisam ser replicados em Barra Longa, esse Direito à reforma é um Direito que não está sendo dado. As famílias que já assinaram e as que ainda estão em processo com a Renova, tem várias dúvidas em relação ao tempo de 180 dias, que não é um prazo viável em relação para as reformas, pois na prática estão recebendo um termo, informando que casa não será reformada. A Sra. June Galdino, disse que é importante lembrar que esses acordos firmados com as famílias, contaram com a presença dos seus representantes legais, advogados, todos os acordos com homologação na Justiça. A Sra. Danielle Jorge, diz que isso é complexo pois se formos acompanhar como os processos têm sido negociados, as informações são restritas, muitos Advogados que representam as famílias chegam em cima da hora nas audiências para esses acordos, o Direito à informação é uma premissa, colocar que os Direitos não são rebaixados porque as mesmas famílias estão sendo acompanhadas por Advogados, não justifica. A diminuição do direito é muito complicado, se existe uma diretriz utilizada para o processo de reparação, a Fundação Renova tem que replicar para toda a Bacia do Rio Doce, não pode colocar esse direito condicionado à informação ou à desinformação de um Advogado. A Sra. June Galdino, entende essa questão que está sendo colocada, porém esses acordos foram feitos em Juízo. Por sugestão da Sra. June Galdino e conforme orientação da Sra. Ana Luiza Aguiar, fica registrado um desacordo entre a CT-Infra e a Fundação Renova, quanto ao entendimento sobre os prejuízos que esses acordos homologados na Justiça podem estar trazendo para as famílias. O Sr. Naatan Lagoa, entende que no caso das famílias que aceitaram os acordos e foram homologados pelo Juiz, não há mais nada que possa ser feito, mesmo que o MPF não tenha participado dessas negociações e as famílias tenham sido acompanhadas por seus Advogados particulares exercendo seu direito de escolha, entende que mesmo assim, seja importante alertar e esclarecer melhor as famílias sobre como são esses termos e do prazo de seis meses para construir sua moradia, que não haverá auxílio com demais custos como mudanças e transportes, é um alerta que precisa ser feito, acredita que restaram 17 núcleos para o Reassentamento Coletivo, temos de fazer esse alerta de que os termos são mais duros para quem escolhe essa opção de um imóvel não edificado, havendo essa distinção, menos garantias do que em Mariana. O desejo e escolha das famílias precisa ser respeitado, porém existe também o dever de saber da consequência Jurídica, pois os Advogados são pagos pela Fundação Renova, sendo mais confortável financeiramente para as famílias dentro desse momento do acordo e proposta ofertada na negociação. A Sra. Franciene Almeida, representante da Aedas, solicitou uma apresentação detalhada sobre o tempo de construção de novas edificações, bem como reforma de edificações adquiridas no Reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, no programa de Reassentamento Familiar em Mariana e nas modalidades em Barra Longa, contemplando também o tempo de aprovação de projetos junto aos órgãos e licenças necessárias por parte da Fundação Renova e das demais empresas. Isso para realização de parâmetro de comparação com esse tempo de 180 dias, pois pela experiência que temos em Mariana, a Fundação Renova, SAMARCO S/A, VALE S/A e BHP BILLITON BRASIL LTDA, demoram muito mais do que 180 dias para edificar em novas moradias, ou até mesmo em reformas nas moradias do Reassentamento Familiar em Mariana, demoraram mais de dois anos. Como colocaram Danielle Jorge e Naatan Lagoa, é importante que as famílias sejam alertadas a respeito disso, porque se nem mesmo a Fundação Renova e as três mineradoras não conseguem construir uma casa em seis meses, porque os atingidos deveriam assumir esse ônus. A Sra. Thaíse Coelho, representante da Ramboll/MPF, solicitou à Fundação Renova a perspectiva de continuidade do Reassentamento de Gesteira, considerando a homologação dos acordos que tem sido feito, são mais de 50% das famílias que optaram pelo Reassentamento Coletivo e desistiram. O Sr. Alfredo de Paula Zanon, representante da Fundação Renova, diz que estão aguardando a decisão judicial do Eixo 3. A Sra. Danielle Jorge, diz que entende que estão aguardando uma decisão Judicial, porém existe um diálogo entre a Fundação Renova e o Juiz e as reuniões com as famílias estão acontecendo normalmente em sigilo. Apontou ainda que sabe da existência de um debate sobre o Reassentamento, mesmo sem nada homologado e está bem claro a preferência em discutir o Reassentamento Familiar, em detrimento do Reassentamento Coletivo. Para a representante,

**Discussão**

é dada para as famílias a opção de Reassentamento Coletivo, Familiar e Pecúnia, e nenhuma das opções pode sobressair à outra. O diálogo sobre o Familiar em sigilo e sem acompanhamento da Assessoria nesse processo é entendido como prejudicial. Ao mesmo tempo que as famílias têm Advogados para auxiliar nos acordos, a criação da Renova surgiu por acordos, nos quais se fala sobre isonomia. Dessa forma, é incabido falar sobre isonomia apenas quando convém e colocá-la na mão dos advogados. Por estar prevista nos acordos deve ser aplicada. Ainda segundo a Sra. Danielle Jorge, essas falas só refletem a complicação do Reassentamento de Gesteira. Questionou: se existe diálogo entre a Fundação e o Juiz sobre o Reassentamento Familiar, porque não existe diálogo entre a Fundação e o Juiz, em relação ao Reassentamento Coletivo? Ou se existe, qual é esse diálogo? Os processos precisam correr paralelamente e não um em detrimento do outro. O Sr. Alfredo de Paula Zanon, representante da Renova, perguntou a Sra. Danielle Jorge, se ela havia feito uma pergunta. A Sra. Danielle Jorge, acrescentou que foram considerações diante da resposta dada pela Renova de que estão aguardando uma decisão Judicial, que no seu ponto de vista não atende aos questionamentos, reforçando a colocação da Sra. Thaíse Coelho, que perguntou sobre qual é a perspectiva de continuidade do Reassentamento Coletivo, visto que não estão apresentando nada, da forma como está sendo tratado, a Fundação está contribuindo para a extinção de uma comunidade, dentro do meu entendimento, parece que os esforços são para que o Reassentamento Familiar aconteça e o Coletivo não, com isso, se quebra os modos de vida de uma comunidade que, será exterminada. A lama veio e levou essa comunidade, que não consegue se reestabelecer em lugar nenhum. O Sr. Alfredo de Paula Zanon fez uma retomada sobre o histórico do Reassentamento de Gesteira. Em outubro de 2018 a Fundação Renova já havia adquirido o terreno, o acordo com as famílias já havia sido firmado, nesse momento tivemos a chegada das Assessorias Técnicas, que solicitaram a nossa retirada do processo enquanto o projeto fosse desenvolvido, respeitando esse momento houve o afastamento. Ao final de 2019, com a Judicialização, a proposta do plano conceitual da Assessoria foi apresentada, a Fundação desenvolveu o projeto baseado nesse plano conceitual, sendo protocolado em Juízo e estão aguardando a decisão. A Sra. Franciene Almeida, disse que gostaria de ouvir opinião dos Representantes da Fundação, do Sr. Alfredo, ou se tiver alguém do Jurídico, quanto a esses acordos extrajudiciais que foram feitos, a respeito da concretização do Reassentamento de Gesteira. Por serem acordos extrajudiciais, eles não entram no objeto que está sendo discutido judicialmente portanto não há o sigilo. Há o entendimento que os acordos extrajudiciais têm força jurídica e não deve ser deixada de lado sob a justificativa que há outros itens discutidos em juízo, são coisas e objetos diferentes, o fato de algumas matérias serem tratadas em Juízo, não anulam as outras tratativas feitas. Existem registros muito fartos de acordos com a Fundação Renova e com as Empresas, no sentido de dar cumprimento ao Reassentamento de Gesteira. A Sra. Franciene solicitou a opinião da Fundação Renova par fins de registro. O Sr. Thiago Larangeira, representante da Fundação Renova, do Jurídico, disse que tem acompanhado o histórico do que o Sr. Alfredo vem passando e entende que dependem da decisão do Juiz para agilizar o processo. O Juiz vai adiantando, fazendo essas homologações de acordos com as famílias, não há desconsideração em cumprimento de acordos. Sra. Franciene Almeida diz que não conseguiu compreender o que está sendo dito, então questiona se o entendimento da Fundação Renova consiste em esclarecer junto ao Juiz no processo judicial se ela deve dar cumprimento aos seus acordos extrajudiciais, pois isso parece inconsistente. O processo de reassentamento estava sendo realizado extrajudicialmente, por meio das regras que foram firmadas no TTAC e reformuladas no TAC-Gov, inclusive a produção das notas técnicas era um processo extrajudicial, posteriormente uma parte desse processo foi Judicializada, porém não anula os acordos feitos anteriormente. Não pareceu à representante um argumento razoável alegar a falta de cumprimento de acordos anteriores por causa da Judicialização, sendo um acordo dar prosseguimento ao Reassentamento Coletivo de Gesteira, que está paralisado. Como a Sra. Danielle colocou, isso está trazendo um prejuízo muito sério às famílias, fazendo com que a Fundação Renova seja responsável por descumprimento de acordos e por causar outros danos às pessoas que são idosas, vulneráveis, que estão com o seu modo de vida cada vez mais descaracterizado. Para evitar novos danos seria importante que a Fundação cumprisse o que já foi acordado, a despeito do que está sendo discutido judicialmente. O Sr. Thiago Larangeira informou que não teria como responder nesse momento, mas se comprometeu em buscar as informações e levar na reunião ordinária para Câmara Técnica. A Sra. Thaíse Coelho acrescentou como sugestão e encaminhamento para a Fundação Renova, que quando for apresentar a Atualização do Eixo Prioritário 3 - Reassentamento de Gesteira, que o (a) profissional da Fundação Renova responsável por esse tema esteja presente na reunião para

<p><b>Discussão</b></p>	<p>que as discussões tenham êxito. A Sra. Laura Alves de Oliveira, representante da FGV/MPF, diz que em relação à apresentação feita e sobre o Reassentamento de Gesteira, esta não é a primeira vez, segunda ou terceira que é pedido que os profissionais que estão acompanhando o processo estejam presentes durante a discussão. Por exemplo, o Alfredo está desde 2017 acompanhando esse processo, ele é arquiteto e cuida da área de projetos, mas acompanhou os acordos, os nove meses de negociação da poligonal do terreno. Da definição dos critérios de quem seria elegível ao reassentamento, dos parâmetros e das diretrizes antes do início do processo de judicialização, acredito que a Franciene esteja falando desses acordos. Como também um acordo em que as famílias de Gesteira tiveram reconhecido o direito do recebimento de antecipação de indenização de R\$30.000,00 para cada família, pelo fato de terem sido deslocadas territorialmente ou economicamente, já foi conversado sobre essa questão, e os acordos previamente firmados. Como encaminhamento, pedimos que os profissionais que já acompanham os casos possam participar da nossa reunião e estejam disponíveis durante o tempo previsto na pauta para discussão do tema, que os acordos sejam trazidos, para que seja possível a Câmara Técnica manifestar-se mesmo que seja na elaboração de uma nota técnica. Esses acordos foram realizados com a concordância da Fundação Renova, firmados na presença do Ministério Público Federal pela Gerência Jurídica da Renova. Nesse sentido conseguimos ser mais ativos sem perder as discussões que já foram feitas e os consensos. Seria interessante escrever um documento único no qual conste esses acordos, e dessa forma colaborar com Juízo da 12ª Vara em sua tomada de decisão sobre o Reassentamento Coletivo de Gesteira. É ressaltada a importância da análise do que já foi feito e acordado, e questionado o que mais pode ser feito para o Reassentamento ter bom andamento e para que sejam tomadas ações efetivas, sem que as famílias continuem sendo prejudicadas e para que elas vejam o Reassentamento Coletivo como uma solução. Os Reassentamentos de Mariana, ainda que em Judicializações, estão em andamento. Essa situação deve ser debatida entre os membros da CT e depois apresentada para a Fundação Renova. A Sra. Alejandra Devecchi, representante da Ramboll/MPF, pergunta qual seria a visão de viabilidade da Fundação Renova sobre o Reassentamento Coletivo, considerando a desistência de 16 famílias, que seria cerca de 43% do total inicial de atendimento. A Sra. Eloá Lacerda, representante da Fundação Renova, explicou que esse ponto foi esclarecido em momento anterior dessa reunião, reforçando que havendo uma decisão judicial, essa será cumprida. A Sra. Alejandra Devecchi, disse que se referia a viabilidade do Reassentamento Coletivo com menos famílias, quanto ao sistema de infraestrutura. O Sr. Cristiano Augusto de Barros, representante da Renova, quanto às colocações da Alejandra, disse que estão corretas. Com a redução, a equipe de Engenharia começa a rever questões como localização, principalmente de bens públicos e coletivos, com avaliação de viabilidade, porém a tomada de decisão, depende muito da definição individual das famílias que fazem parte do processo. A Sra. Fernanda Feital de Souza, apresentou o Fluxo para Parcelamento do Solo urbano de Diretrizes Especiais, com explicação do Sr. Alfredo de Paula Zanon. Sra. Thaíse Coelho, apontou diferenças no número de famílias dentre as modalidades de Reassentamento Coletivo, Familiar e Pecúnia, ficando como encaminhamento para próxima a reunião. A Sra. Fernanda Feital de Souza da continuidade à apresentação com os itens: Social - Status Atendimento – Reassentamentos: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira, Comunidades Rurais, Barra Longa – Sede e Santa Cruz do Escalvado; Reconstrução – Status de Atendimento; Pecúnia - Status de Atendimento; Reassentamento Familiar- Avanço por Macro Processo Reass. Familiar; – Avanço por Macro Processo Reass. Familiar (desconsiderando Gesteira); Entregas realizadas: 59 imóveis adquiridos, sendo 56 para o Familiar e 3 para as famílias de Gesteira; 02 imóveis em negociação; 32 imóveis a construir, 19 para reformar e 05 lotes vagos (dos 56 imóveis adquiridos), 14 protocolos de projetos de construção na prefeitura, 10 pedidos de licença simplificada para reforma na prefeitura, 07 licenças emitidas, apresentação de fotos de reconstrução e construção de novas edificações; Aterro Sanitário - readequação de toda infraestrutura e área administrativa do atual do Aterro Sanitário de Mariana, 85,9% em andamento, previsão de conclusão março/2021, e apresentação de fotos; Moradia Transitória: 362 Atendimentos, 236 Imóveis Alugados, (221 em Mariana), 124 Compensações Financeiras, (118 em Mariana), 02 Hospedagens em Hotel(2 em Mariana).</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-50-1</b> Apresentação detalhada sobre o tempo de construção de novas edificações, bem como reforma de edificações adquiridas, no Reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, no Programa de Reassentamento Familiar em Mariana e nas modalidades em Barra Longa, contemplado também o tempo de aprovação de projetos junto aos órgãos e licenças necessárias. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> próxima reunião.</p>



<b>Encaminha mento</b>	<b>E-50-2</b> Atualização do Eixo prioritário 3 - Reassentamento de Gesteira, que seja apresentado por (a) profissional da Fundação Renova responsável por esse tema, que ele esteja presente na reunião para que as discussões tenham êxito. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> próxima reunião.
<b>Encaminha mento</b>	<b>E-50-3</b> Apresentação da metodologia aprovada judicialmente para Gesteira, que segundo a Fundação Renova, estabelece um valor limite para aquisição de um imóvel, sem, no entanto, estabelecer parâmetros relacionados aos tamanhos das propriedades de origem. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> próxima reunião.
<b>Encaminha mento</b>	<b>E-50-4</b> Apresentação dos motivos de mudança no número de famílias dentre as modalidades de Reassentamento Coletivo, Familiar e Pecúnia. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> próxima reunião.

### 3) PG09 – Recuperação UHE Risoleta Neves

#### 3.1) Atualização sobre o Eixo Prioritário 5

<b>Discussão</b>	O Sr. Alfredo de Paula Zanon, representante da Fundação Renova, informou que não tiveram evolução, haja vista que a licença foi expedida em momento que o Judiciário estava em recesso e que aguarda a decisão sobre o eixo prioritário para atualização. A Sra. Alejandra Devecchi, representante da Ramboll/MPF, diz que foi recomendada a implementação do cenário 1, dessa forma é necessário o estudo de impactos ambientais. Perguntou ainda como estão os encaminhamentos para viabilização da LOC. O Sr. Cristiano Augusto de Barros, representante da Fundação Renova, diz que foram feitos estudos para os três cenários, 1,2 e 3. A elaboração do projeto está com a SAMARCO S/A, houve reunião na semana anterior, sendo apresentado o andamento dos estudos para elaboração do Projeto, que está dentro do prazo. Sra. Alejandra Devecchi solicitou que a SAMARCO S/A apresente o projeto na próxima reunião, contudo A Sra. Úrsula Vasconcelos, representante da Samarco, informou que ainda não é possível uma apresentação do projeto pois estão no início do processo, o prazo de apresentação do Projeto detalhado é de um ano. A Sra. Alejandra Devecchi, pontua que será definida uma agenda de convocação da SAMARCO S/A para essa apresentação. O Sr. Thiago Lorangeira, representante da Fundação Renova, se comprometeu em repassar para a Câmara Técnica qualquer atualização que no Eixo Prioritário 5, mesmo que seja antes da próxima reunião e não conste como novo encaminhamento.
------------------	--

### 4) PG10 – Recuperação das Comunidades e Infraestruturas Impactadas

#### 4.1) Atualização sobre o Eixo Prioritário 4

<b>Discussão</b>	A Sra. Eloá Lacerda, representante da Fundação Renova, informou que enviou as últimas cartas do perito relativas à execução dos trabalhos dele, sendo as últimas atualizações sobre o item. Destacou que na semana do dia 18 de janeiro a equipe do perito, retornariam as atividades de campo em Jerônimo, município de Santa Cruz do Escalvado. Ressaltou que aguardam decisão do Juízo sobre o eixo para seguir com as atividades da Fundação Renova.
------------------	--

#### 4.2) Apresentar Status de Monitoramento do Programa

#### 4.3) Apresentar os esclarecimentos sobre o slide nº 17, relativo à colocação de bloquetes na Rua Floriano Peixoto, em Barra Longa

#### 4.4) Apresentar o procedimento para a interrupção das intervenções do PG10, nos imóveis tombados em Barra Longa (Igreja Matriz, Hotel Xavier, Residência do Sr. João de Freitas e Residência do Sr. José Lana)

	Planejamento 2021 PG010 Infraestrutura: Apresentação do cronograma das obras do Parque de Exposições Barra Longa (obra em andamento, avanço real de 54%, previsão de término em 23/07/2021 e apresentação de fotos; Apresentação do cronograma de Reconstrução das Pontes Mariana – Ouro Fino, Santa Rita e Passarela Campinas Barreto, premissas início do processo de contratação de empresa executora (devido ao distrato do contrato atual ) até o dia 30/05/2021, conclusão do licenciamento ambiental até o dia 30/05/2021, revisão do projeto Ponte Curvina até o dia 30/04/2021, liberação Fundiária Ponte Tomador de Água até
--	--

<b>Discussão</b>	o dia 30/04/2021) e Status Atual (Consolidação da documentação para contratação até o dia 26/02/2021); Campo de Futebol Rodoviários - Barra Longa (Aguardando as definições da judicialização do eixo prioritário 1); Campo de Futebol de Ponte do Gama (Aguardando emissão do Alvará de Obras pela PMM), Campo de Futebol de Pedras (Processo de regularização fundiária em andamento, previsão de regularização em junho/21); Reforma de Bem Públicos, Status atual: Manutenção Elétrica Praça Manoel Lino Mol / Alameda, rede de Esgoto Volta da Capela: Obra concluída em 21/12/2020, drenagem Rua Capitão Manoel Carneiro x Rua 1º De Janeiro, obra não iniciada devido a manifestação da comunidade, início da obra postergado para o dia 01/03/2021, deslocamento poste rua Raimundo Alves Xavier nº 475 concluído em 22/12/2020; Manutenção das Vias Pavimentadas - Status Atual: (Obra em andamento, avanço previsto * de 84,94%, avanço real * de 73,95% (*Referente as O.S' já emitidas); Manutenção de Vias Pavimentadas - Obras em andamento Trecho Barra Longa x Acaiaca x Trevo MG-262 e Calçamento ruas Barra Longa; Manutenção de Vias Não Pavimentadas - Obras em andamento Trecho Borba acesso D39 e Trecho Chopotó x Amélia Pazzini, com apresentação de fotos. A Sra. Danielle Jorge, representante da Aedas, questionou se foi apresentado um Projeto da Escola de Gesteira, se houve aprovação da Prefeitura. O Sr. Flávio Azambuja, explica que o projeto foi apresentado para a Prefeitura e a Comunidade, que realizaram alguns ajustes, o PG11 conduziu as negociações e tivemos o retorno documentado por de ata para darmos prosseguimento. A Sra. Danielle Jorge solicitou que esse projeto seja disponibilizado para conhecimento da Câmara Técnica. Em atendimento ao encaminhamento E49-5, foram apresentadas fotos da Rua Floriano Peixoto em Barra Longa, com a colocação de bloquetes finalizada. Em atendimento ao encaminhamento E49-6 Obras de Restauo, foi apresentado o plano de Manutenção de Edificações Tombadas.
<b>Encaminhamento</b>	<b>E-50-5</b> – A Fundação Renova deverá encaminhar o Projeto aprovado para a Escola de Gesteira. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> próxima reunião.
<b>4.5) Esclarecimentos dos questionamentos relativos ao OFÍCIO 04/2021/COMISSÃO</b>	
<b>Discussão</b>	A Sra. Eloá Lacerda, representante da Fundação Renova, informou que não tiveram tempo hábil para responder e tem a intenção de fazer a resposta por Ofício. Ficou acordado o envio do Ofício resposta pela Fundação Renova para a CT.
<b>Encaminhamento</b>	<b>E-50-6</b> Esclarecimentos dos questionamentos relativos ao OFÍCIO 04/2021/COMISSÃO. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> 05/03/2021.

Finalmente, a Sra. Ana Luiza Aguiar, agradeceu a presença de todos. **A 50ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação da Infraestrutura encerrou-se às dezesseis horas e trinta e cinco minutos.**

Ata aprovada por todos os presentes na 51ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura, no dia 15 de Março de 2021.

*Ana Luiza de A. Carneiro.*  
Ana Luiza de Aguiar Carneiro  
Coordenação da CT-INFRA